



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 13 – Ano VII – 05/2018
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ORIGEM E TRAJETÓRIA

Prof. MSc. Adilso de Campos Garcia
Mestre em História - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Doutorando em Desenvolvimento Local - Universidade Católica Dom Bosco -UCDB
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Mato Grosso do Sul - IFMS - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2318373585102699>
E-mail: adilso.garcia@ifms.edu.br

Profª. Drª. Arlinda Cantero Dorsa
Mestre (MACKENZIE), Doutora (PUC-SP) em Letras e Linguística.
Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Local/Mestrado/Doutorado e do Curso de Direito da
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Campo Grande – MS – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2445144539614697>
E-mail: acdorsa@uol.com.br

Profª. MSc. Edilene Maria de Oliveira
Mestre em Desenvolvimento Local - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Doutoranda em Desenvolvimento Local - Universidade Católica Dom Bosco -UCDB
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Mato Grosso do Sul - IFMS - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1448128761553832>
E-mail: edilene.oliveira@ifms.edu.br

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho
Pós-doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP).
Professora no Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado e do Curso de História da
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - Campo Grande – MS – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6046697442527505>
E-mail: m.a.castilho@terra.com.br

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar um histórico da Educação Profissional no Brasil, objetivando expor seus diversos estágios, com seu início no Brasil Império, perpassando pelas Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tem-se por problemática a análise da Lei nº 13.415 de 16/02/2017, relatando a mais significativa mudança que passará a Educação Profissional em relação aos dias atuais. Para efetivação deste artigo foi realizada pesquisa por meio de um levantamento bibliográfico em livros, artigos, site do Ministério da Educação e legislações. No decorrer dos anos o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado pela Rede Federal, entretanto durante os anos houve mudanças de nomenclaturas, de Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser denominadas Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sempre como objetivo a formação Profissional e nos dias atuais a formação Profissional Científica e Tecnológica. Dada a sua importância a nova Lei do Ensino Médio, nº 13.415 de 16/02/2017, traz modificações também para a Educação Profissional, sendo uma das mais significantes a redução da carga horária dos Cursos de Educação Profissional. Como resultado, foi possível verificar mais de 100 (Cem) anos de história da Educação Profissional, os quais estão intrinsecamente relacionados à história do Brasil.

Palavras-chave: Rede Federal, Ensino e Educação Profissional.

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar um histórico da Educação Profissional no Brasil, evidenciando seus diversos estágios, com seu início no Brasil Império, até chegar aos dias atuais. Também traz um breve comentário sobre a Lei nº 13.415 de 16/02/2017, relatando a mais significativa mudança que passará a Educação Profissional em relação aos dias atuais.

Durante o Império, a formação da força de trabalho se concentrava nas associações religiosas e filantrópicas. Nesse período, havia a preocupação do

Império em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, porém, com um objetivo principal de retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados.

Para atender a esta população, o governo determinou que os órfãos fossem encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, pois a intenção era formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra. Após a proclamação da república em 1889, essas escolas foram mantidas em alguns estados, servindo como base para a construção de uma rede de escolas profissionalizantes.

O novo regime Federativo da República veio possibilitar a realização de iniciativas por parte dos Estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. Nilo Peçanha, já como Presidente da República, por meio do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal.

No decorrer dos anos o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado pela Rede Federal, entretanto durante os anos houve mudanças de nomenclaturas, de Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser denominadas Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sempre como objetivo a formação Profissional e nos dias atuais a formação Profissional Científica e Tecnológica. Dada a sua importância a nova Lei do Ensino Médio, nº 13.415 de 16/02/2017, traz modificações também para a Educação Profissional, sendo uma das mais significantes é a redução da carga horária dos Cursos de Educação Profissional.

1.1 Educação Profissional no Império

Para alguns historiadores a Educação Profissional no Brasil surge ainda no Brasil Imperial, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Em 1808, o Brasil deixa de ser colônia para ser sede do Reino Português. Com a chegada da família real, D. João VI cria o Colégio das Fábricas que foi considerado

o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, objetivava atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (GARCIA, 2000).

Nessa época, muitas transformações econômicas e políticas ocorreram, pois, o país deixou de ter sua economia pautada somente na agricultura e voltou-se também para o sistema colonial de trocas.

Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para subsidiar o comércio que interessava a metrópole. Ao mesmo tempo, gestou-se a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura (CUNHA *apud* MANFREDI, 2002 p. 72).

As primeiras instituições públicas voltadas à educação foram as de ensino superior, o ensino primário e secundário, segundo Manfredi (2002), eram cursos que serviam para preparar os alunos para a universidade.

O ensino primário ampliou-se muito vagarosamente, em 1824 foi instituída a instrução primária para todo cidadão, em paralelo, o Estado procurava criar um tipo de ensino separado do ensino secundário e superior, objetivava a formação da força de trabalho que estava ligada à produção do país: “[...] os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (MANFREDI, 2002, p. 75).

Ainda segundo o autor, o ensino secundário fazia-se presente em poucos estabelecimentos, como os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Foi por meio do Colégio São Joaquim que se originou o Colégio Pedro II, em 1837. As aulas régias funcionavam em diversos municípios, mas as aulas eram divididas com professores particulares. “Com o tempo o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior” (MANFREDI, 2002, p. 75).

Nessa época, já haviam sido criadas as Instituições de nível superior como a Academia da Marinha e as Cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808), a Academia Real Militar (1810), cursos de Agricultura (1814), curso de Desenho Técnico (1818), a Academia de Artes (1820), todas essas instituições estavam sediadas no Rio de Janeiro. Já na Bahia em 1808, foram criadas as cadeiras de Economia Política, Agricultura (1812) e Química (1817). Em Recife, em 1809, foram criadas as cadeiras de Matemática Superior, História e de Desenho (MANFREDI, 2002).

Outro ponto merecedor de enfoque é que durante o Império, a formação da força de trabalho se concentrava nas associações religiosas e filantrópicas.

Entre os institutos criados nos anos 1850 para atender as crianças pobres, destaca-se o Asilo Santa Leopoldina, fundado em 1854 em Niterói, destinado a abrigar meninos e meninas; o Asilo de Órfãos Desvalidas, criado em 1855 no município de Desterro, Santa Catarina, criado para receber e educar meninas órfãs e expostas; o Colégio de Santa Teresa e o Asilo Santa Leopoldina, ambos criados em 1857 no município de Porto Alegre e que foram destinados a servir de casa de educação e de recolhimento para órfãos desvalidas e meninas desamparadas; o Colégio dos Órfãos e um correlato feminino, o Colégio das Órfãs, criados no Recife em 1855; o Colégio dos Educandos Menores e o Asilo de Órfãos e desvalidas, fundados no ano de 1856, em Fortaleza; a Casa dos Educandos Artífices de Manaus, criada em 1856, tinha por objetivo instruir a município desvalida e encaminhá-la para um ofício; a Casa das Educandas ou Colégio Nossa Senhora dos Remédios também em Manaus foi estabelecida em 1856 (MARCÍLIO, 1998, p. 193-203).

Nesse período, havia a preocupação do Império em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, porém o objetivo principal era retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados, isso já era preocupação destas se tornarem um perigo para a sociedade. De acordo com Marcilio (1998), o governo determinou que os órfãos fossem encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, pois a intenção era formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra.

Entre 1840 a 1856, dez governos provinciais criaram as casas de educando artífices adotando o modelo de aprendizagem vigente no âmbito militar, destacando os padrões rígidos de hierarquia e disciplina, as crianças e jovens abandonados eram encaminhados para essas casas (MANFREDI, 2002).

Ainda segundo a autora, por iniciativas de entidades da sociedade civil, entre 1858 e 1886 nascem os liceus de artes e ofícios, nas seguintes localidades: Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e ouro Preto (1886).

De uma forma geral o acesso aos cursos disponíveis era livre, a exceção era para os escravos. Os cursos eram divididos nas matérias de ciências aplicadas e artes.

1.2 Educação Profissional: da Primeira República à atualidade

Após a proclamação da república em 1889, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império. “Durante o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes” (MANFREDI, 2002, p.78).

No Brasil Império, pode-se verificar que as práticas educativas, tanto realizadas pelas iniciativas privadas quanto pelo Estado, remetiam a duas vertentes: uma era a prática compensatória e assistencialista objetivando o atendimento dos pobres e desafortunados e a outra voltada à formação para o trabalho artesanal “[...] considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza” (MANFREDI, 2002, p.78).

Segundo dados históricos do MEC (2017), em 1889, após a abolição legal do trabalho escravo, o Brasil computava 636 fábricas instaladas, com um contingente aproximado de 54 mil trabalhadores e uma população estimada em 14 milhões de habitantes, predominando a economia agrário-exportadora que contava com relações de trabalho rural pré-capitalista.

O novo regime Federativo da República veio possibilitar a realização de iniciativas por parte dos Estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. Na concepção de Manfredi (2002, p. 85), “alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional”.

No Estado do Rio de Janeiro, o então governador Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofício sem: Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul.

Por meio das ações abaixo descritas, em 1906, houve um marco histórico no que se refere à consolidação do ensino técnico- industrial no Brasil na:

[...] realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do

Brasil, a Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Nilo Peçanha, já como Presidente da República, por meio do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal (ver figura 01), “[...] que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, nos CEFETS” (MANFREDI, 2002, p.85).

Ao longo do ano de 1910, foram inauguradas 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, presentes em todo o território nacional, a seguir estão elencadas as instituições que passavam a compor a Rede Federal, como também as respectivas datas de inauguração (ver quadro 1).

Quadro 1 - Inauguração das Escolas de Aprendizizes e Artífices.

Instituição	Data de inauguração
Escola de Aprendizizes Artífice de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Campo RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizizes Artífice da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Revista Brasileira da Educação Tecnológica (2009, p. 19)

Nessa época, as Escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, continuando até 1930 quando passam a ser

supervisionadas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos mais tarde, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais (MANFREDI, 2002).

Ainda em 1930, a Educação Profissional passa a ser tratada como uma política pública no Brasil, “construindo espaço de negociação e, dessa forma, disputada por diversas frações de classes sociais” (SOUZA, 2011, p.69).

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofrem novas modificações e são denominadas escolas industriais e técnicas, configurando-se em 1959 como autarquias e sendo então denominadas como Escolas Técnicas Federais. No mesmo ano o SENAI – Serviço Nacional da Indústria foi criado pelo Decreto-Lei 4.048 de 22 de janeiro, tratando-se de uma instituição privada de interesse público, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recursos humano, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria sendo este o objetivo até nos dias de hoje (SOUZA, 2011).

Em 10 de janeiro de 1946, segundo Souza (2011), foi criado o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por meio do Decreto Lei 8.621, uma instituição privada de interesse público, como oferta da Educação Profissional destinada à formação de trabalhadores do comércio.

Publicou-se em 16 de fevereiro de 1959 a Lei n. 3552, que dispunha sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Em seu Art. 5º, verifica-se que os cursos técnicos teriam que ser compostos de quatro ou mais séries, para que assim fosse assegurada ao estudante a formação técnica para imediatamente exercer as profissões em que as aplicações tecnológicas exigissem um profissional dessa graduação técnica. O parágrafo único deste mesmo artigo menciona que “esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola” (BRASIL, 1959).

Com o passar dos anos são instituídas as Escolas Agrícolas Federais - escolas fazendas ligadas ao Ministério da Agricultura, e a partir do Decreto n. 60.731 de 19/05/1967 passam a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ao longo desse mesmo tempo vai se constituindo uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola

fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (CEFET) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários (SILVA, 2009, p. 07).

A autora acima citada destaca que na década de 1990, várias escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica, originando em 1994 a base do sistema nacional de educação tecnológica.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Segundo Manfredi (2000), formalmente, após a instituição da Lei, toda instituição de educação, quer seja privada ou pública, deveria ajustar-se às novas diretrizes educacionais que a legislação em vigor determinava. Em função disso, desde a década de 90, a Educação Profissional no Brasil vem adquirindo uma nova institucionalidade.

Em 1998, foram proibidas as construções de novas escolas federais pelo governo federal baseado na Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

É importante enfatizar de acordo com Silva (2009), que vários atos normativos acabaram direcionando os Centros Federais de Educação Tecnológica a uma oferta cada vez maior do ensino superior, sendo assim, os cursos técnicos passaram a ser realizados pelos Estados e pela iniciativa privada.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) possibilitaram o aumento em relação à separação da educação técnica do ensino médio e a orientação para o ensino superior. Outro ponto observado é que os CEFETs reforçam e direcionam o acompanhamento do ensino médio com vistas à preparação dos alunos para a inserção, com qualidade, no ensino superior, sendo assim, “[...] a oferta no nível superior oscila entre propostas com viés mais acadêmico, em especial nas engenharias, e cursos superiores de tecnologia cada vez mais fragmentados” (SILVA, 2009, p.7).

Após muitas discussões, em 2004, dá-se início a uma reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)“ [...] primeiro com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio seguida,

em 2005, pela alteração na lei que vedava a expansão da Rede Federal” (SILVA, 2009, p.7).

Este documento intitulava-se “por uma profissionalização sustentável” e tinha como meta que a educação profissional no Brasil estivesse inserida num projeto novo de nação e de desenvolvimento sustentável, almejando uma distribuição de renda justa, inclusão e justiça social, integração internacional e a cooperação com vistas ao crescimento econômico e social.

De acordo com o pacto, a educação sustentável possibilita acompanhar à evolução tecnológica na atualidade, como também as transformações que ocorrem a todo o momento, “[...] assim a Educação Profissional e Tecnológica é levada ao estatuto de Políticas Públicas, e, como tal, é considerado direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais” (SOUZA, 2011, p. 43).

Ainda segundo a autora, o pacto apresenta a Educação Profissional e Tecnológica articulada a:

[...] um conjunto de outras políticas como: Políticas de Desenvolvimento Econômico, Políticas de Desenvolvimento Industrial, Políticas de Ciência e Tecnologia, Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda, Políticas de Inclusão e Desenvolvimento Social, Políticas de Educação Básica e Superior, Políticas de Agricultura, Políticas de Saúde, Políticas para a Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos entre outras (SOUZA, 2011, p. 43).

A efetivação das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica se dá por meio de ações desenvolvidas tanto pela sociedade civil quanto pelo governo, utilizando-se da rede de Educação Profissional, dos setores produtivos e dos trabalhadores. A consolidação dessas políticas, em relação ao Governo Federal, é definida a partir de cinco ações que devem ser realizadas, a primeira seria a realização de um novo ordenamento jurídico legal; dar mais ênfase e força às redes federais e estaduais de Educação Profissional e Tecnológica com maior valorização do professor e do estudante; políticas de financiamento, modernização e expansão; constituição de um subsistema de Educação Profissional e Tecnológica e realização de parcerias político privadas mais concretas (SOUZA, 2011).

De acordo com o Senado Federal (2017), em 2005, o Projeto de Lei da Câmara n. 70/2005 deu nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 08 de

dezembro de 1994, permitindo à União criar novas unidades de Educação Profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal.

Antes do início da expansão programada para os Institutos Federais, Silva (2009, p.07) afirma que:

[...] a Rede Federal contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *Campus*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II/RJ. O processo de expansão da Rede Federal – que deve alcançar 366 unidades em 2010 – colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país.

Em 29 de dezembro de 2008, após muitos debates, resultou-se na publicação da Lei 11.892, que no âmbito do Ministério da Educação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais apresentam um novo modelo de Educação Profissional, estruturados a partir dos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a Rede Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal (ver quadro 2). Comenta Pacheco (2011, p.12), que os Institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias, e visam atender a “[...] uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”.

Quadro 2 - Linha do tempo – Rede Federal – Educação Profissional

1909	1937	1942	1959	1978	2008
Escolas de Aprendizizes e Artífices	Liceus Profissionais	Escolas Industriais e Técnicas	Escolas Técnicas	Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs	Institutos Federais de Educação

Fonte: Adaptação/Portal MEC – arquivos centenários históricos/2017

1.3 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como já mencionado, historicamente teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizizes e Artífices pelo então presidente Nilo Peçanha. Dessas escolas surgiram os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológicas, os CEFETS, no início, esses centros eram voltados para as classes mais desfavorecidas, no entanto, “[...] se configuram hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2017).

Com a abertura dos mercados, em 1980, o Brasil passou a vivenciar um novo cenário econômico e produtivo, em paralelo observa-se o desenvolvimento de novas tecnologias, como também o crescimento da produção e ampliação de diversas prestações de serviços. Essa nova realidade exige mudanças urgentes o que faz com que as instituições de Educação Profissional busquem ampliar o oferecimento de cursos e programas a fim atender às novas demandas com qualidade.

Hoje, a Rede Federal está presente em todo o território nacional “[...]presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2017).

Atualmente a Rede Federal de Educação encontra-se em franca expansão, pode-se afirmar que é a maior expansão desde 1909. Até 2002, já haviam sido construídas 140 escolas técnicas no Brasil, atendendo a 120 municípios. Com a expansão ocorrida desde 2002, o Ministério da Educação até 2010 criou 354 *Campi* atendendo a 321 municípios, a previsão é de 2011 a 2014 chegue a 514 *Campi* com atendimento a 512 municípios.

Hoje fazem parte da Rede Federal: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal.

O reordenamento da Rede de 29 de dezembro de 2008, conforme IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná, tem em sua composição:

31 centros federais de educação tecnológica (CEFETS), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São 38 institutos federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da Rede Federal. Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem Educação Profissional em todos os níveis. São dois CEFETS, 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica (IFPR, 2012).

A Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu muitas mudanças e vem evoluindo no decorrer de todos esses anos. Em 2008, a Lei n. 11892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Em seu Art. 2º a referida lei reforça a razão de ser dos Institutos Federais, uma vez que deverão fornecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, levando em consideração a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas.

Em 2008, em decorrência da instituição dos Institutos Federais, houve a maior expansão da Rede, sendo que esta etapa está prevista para finalizar em 2014.

Hoje são aproximadamente 400 *Campi* em todo o país, ligados a 38 Institutos Federais, além de várias unidades avançadas. Em cursos técnicos (50% das vagas), quase a totalidade em forma integrada com o ensino médio, licenciatura (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podem também oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorado, desde que voltados para pesquisa aplicada à evolução tecnológica (PACHECO, 2011).

1.4 Lei nº 13.415 de 16/02/2017

Trata-se da reforma do Ensino Médio, a qual proporciona uma mudança estrutural no Ensino Médio, propondo melhorias para a educação. No que se refere

à flexibilidade da grade curricular “o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos” (MEC, 2017).

Originária da Medida Provisória nº 746, de 2016, de acordo com o Senado Federal, a referida lei:

Altera as leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação, a consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; Revoga a lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

A nova Lei estabelece que uma parte do currículo seja comum e obrigatória a todas as escolas, e a outra parte terá flexibilidade, isto posto, pretende-se que a escola se aproxime mais da realidade do estudante, refletindo nas atuais demandas profissionais do mercado de trabalho. [...] “e, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho” (MEC, 2017).

No que se refere ao Ensino Profissional, a nova Lei coloca como mais uma alternativa para os estudantes, a mudança principal na carga horária, pois até então o estudante precisava cursar 2400 horas do ensino médio regular e mais 1200 horas da carga horárias de disciplinas específicas do curso técnico. O novo Ensino Médio propõe uma formação técnica dentro da carga horária do Ensino Médio.

[...] O novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular desde que ele continue cursando Português e Matemática até o final. E, ao final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico.

Assim, verificamos que novas mudanças em relação ao ensino Profissional surgem, entretanto, como a Lei é recente, ainda precisará de um tempo para verificar se as mudanças propostas ao Ensino Profissional trarão reais benefícios aos estudantes que optarem pelo ensino Técnico e Profissionalizante.

Considerações finais

Este artigo teve por finalidade realizar um levantamento bibliográfico da Origem e Trajetória da Educação Profissional no Brasil, o qual levou a verificar que a Educação Profissional no Brasil tem uma história antiga, tendo seu início ainda em 1909 quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices pelo Presidente da República Nilo Peçanha, as quais foram instituídas para atender a população menos favorecida.

No decorrer do século passado essas escolas sofreram alterações em suas nomenclaturas e grandes evoluções, em 1937 passou a se denominar Liceus Profissionais, em 1942 Escolas Industriais e Técnicas, em 1959 passam a ser chamadas de Escolas Técnicas, já em 1978 são denominadas Cetros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, e por fim, em 2008 Institutos Federais, os quais fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que é constituído por 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Dada à importância da oferta da Educação Profissional no Brasil, a nova Lei do Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 16/02/2017) também traz contribuições no que tange a sua oferta.

Nestes mais de 100 anos de história da Educação Profissional no Brasil, confundindo-se com a história do Brasil, pudemos observar durante esta pesquisa que a Educação Profissional no Brasil atendeu em cada tempo as necessidades do país, diferentemente de quando surgiu, hoje está à disposição de todas as pessoas que buscam real acesso às conquistas científicas e tecnológicas, voltando-se a preparar os jovens e adultos para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 - DOU DE 12/01/1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1946/8621.htm>>. Acesso em: 20 jul.2017.

_____. **Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm>. Acesso em: 20 jul.2017.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 30 jul.2017.

_____. **Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 24 jul.2017.

_____. **Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993.** Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8731.htm>. Acesso em: 27 jul.2017.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 13.415 de 16/ de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso 23 jul.2017.

_____. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes, 2010. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29 jul.2017.

_____. **Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109758/lei-8948-94>>. Acesso em: 20 jul.2017.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 30 jul.2017.

_____. Ministério da Educação. SETEC. **Arquivos históricos centenários**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 20 mar.2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, nov. 2009.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica** - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPR). **Dados históricos**. Disponível em: <www.ifpr.edu.br>. Acesso em: 2jul2017.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PACHECO, E. **Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. (2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 2jul.2017.

SOUZA, Antônia de Abreu; NUNES, Claudio Ricardo Gomes de Lima; OLIVEIRA Elenice Gomes de. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2018

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*
(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,
em diversas áreas do conhecimento.